O GLOBO
Publicado em 23/11/2023 - 05:57

Com aval do líder de Lula, Senado limita decisões do Supremo

CANETA ESVAZIADA

Senado aprova PEC que limita poder do STF com apoio de Pacheco, governistas e oposição

LAURIBERTO POMPEU, DIMITRIUS DANTAS, CAMILA TURTELLI E MARIANA MUNIZ
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem em dois turnos, com amplo apoio da oposição e aval do líder do governo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita decisões individuais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A iniciativa foi defendida pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e teve 52 votos a favor e 18 contra, sem abstenções. O texto agora segue para a Câmara dos Deputados, onde a tendência é que enfrente mais resistências.

A PEC faz parte de um pacote de projetos do Senado que busca impor freios à atuação da Corte — há na lista também a criação de mandatos para os magistrados — e funcionou para que Pacheco fizesse um aceno aos bolsonaristas da Casa. Uma modulação no projeto aprovado ontem, no entanto, possibilitou a ampliação do apoio entre os parlamentares.

A redação original vedava que decisões individuais de ministros fossem usadas para derrubar "atos normativos" em geral, o que incluiria uma série de ações do governo federal, como portarias assinadas por ministros. Este item acabou suprimido e foi mantida a proibição para as decisões monocráticas que sustem "ato do presidente da República, do presidente do Senado Federal, do presidente da Câmara dos Deputados ou do presidente do Congresso Nacional". Definições do tipo, de acordo com o texto, só podem ser revertidas por decisões colegiadas, a partir do endosso da maioria dos ministros.

NOMEAÇÃO DE LULA

O projeto abrange inclusive decisões monocráticas tomadas antes da eventual promulgação da PEC, mas que durante o prazo de vigência estejam pendentes de análise do plenário.

Desta forma, caso a proposta avance e seja sancionada pelo presidente, fica proibido que um ministro isoladamente suspenda uma nomeação presidencial, por exemplo. Casos do gênero já ocorreram quando os ministros do STF Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes bloquearem, respectivamente, a ida de Lula para a chefia da Casa Civil, em 2016, após um ato de Dilma Rousseff; e a nomeação do hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) para o comando da Polícia Federal, feita por Jair Bolsonaro em 2020.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse em plenário que a posição oficial do Palácio do Planalto era liberar a base para se posicionar como bem entendesse. Ele foi favorável à aprovação, que ocorreu por apenas três votos acima do mínimo necessário, o que tornou o endosso de governistas decisivo para o resultado.

— O relator (Esperidião Amin) e o senador Oriovisto (Guimarães), que é o autor, fizeram um movimento para diminuir as diferenças que poderiam incomodar ou serem interpretadas equivocadamente como uma intromissão do Legislativo na Corte Superior — afirmou Wagner.

Entre os partidos mais alinhados ao Planalto (PT, PSD, MDB, PDT, PSB), houve 15 votos a favor da PEC, em 42 possíveis, o que significa um a cada três parlamentares. No PT, só Wagner foi a favor — houve sete votos contrários. Há no Senado representantes de outras siglas com representação no primeiro escalão do governo (PP, União Brasil e Republicanos), mas estas legendas têm características oposicionistas no Senado.

O Palácio do Planalto formalmente buscou distância da votação, para evitar indisposições com o Senado ou Supremo. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD-MT), que é senador licenciado, retornou ontem o mandato e participou da sessão, dando um voto contrário. Mais cedo, ele havia participado da sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), quando se posicionou a favor do projeto de taxação dos fundos exclusivos e offshores, item da agenda arrecadatória do ministro Fernando Haddad (Fazenda). A suplente de Fávaro se alinha à oposição em determinados temas. Pela manhã, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, havia afirmado que "um governo sério não deve tratar sobre como vai funcionar o STF" e, por isso, o Planalto não iria interferir.

Por outro lado, senadores da base, como o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), agiram para que a proposta não tivesse maioria. Apesar de não ter conseguido número suficiente para barrar o texto, a articulação conseguiu, por exemplo, angariar votos no PSD, partido do próprio presidente do Senado. Na outra ponta, também foi defensor da PEC o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP).

Pacheco negou que o andamento do projeto configure "retaliação ou resposta" ao STF. Para ele, que conversou na véspera com Moraes, a iniciativa busca o "equilíbrio entre os Poderes":

— A intenção dessa PEC é muito boa, é o aprimoramento. Algo muito positivo para Justiça desse país.

De acordo com a colunista Bela Megale, do GLOBO, ministros do STF entraram na articulação contra a PEC. Senadores de diferentes partidos relataram que receberam telefonemas de magistrados com ponderações contra a proposta. Um ministro do Supremo disse reservadamente que a medida não afeta os trabalhos do tribunal, mas é encarada como uma "provocação" da Casa.

DIFICULDADES NA CÂMARA

O texto agora segue para a Câmara, mas não faz parte da agenda prioritária do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que tem procurado dar andamento a pautas econômicas de interesse do Executivo. Em conversa com o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, logo após o ministro tomar posse no cargo, Lira sinalizou que não daria andamento a propostas que esbarrassem em prerrogativas de ministros da Corte. Interlocutores do presidente da Câmara avaliam que a pauta só ganhará tração na Casa se houver um movimento relevante de líderes partidários defendendo a votação, o que não está na lista de prioridades dos principais partidos da Casa no momento.

Outro ponto da PEC prevê que, nos casos de recesso, o presidente do STF poderá suspender individualmente leis em caso de urgência ou risco de "dano irreparável". A decisão terá que ser levada a plenário em até 30 dias após a volta do recesso.

Também saiu do texto a previsão de limitação de pedidos de vista, quando os ministros interrompem os julgamentos para analisarem os processos com mais tempo. A mudança foi feita porque a adequação que limita o instrumento já foi incorporada pelo próprio STF em seu regimento interno — o prazo para a devolução é de 90 dias.

Regras sobre as decisões individuais já compõem o regimento interno do STF. No final do ano passado, uma mudança regimental determinou que o ministro relator submeta imediatamente ao plenário as decisões monocráticas envolvendo prisão, afastamento de cargo público ou interrupção de políticas governamentais. *(Colaborou Karolini Bandeira)*

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Plenário. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), conversa com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em sessão que aprovou a PEC

VEJA COMO VOTOU CADA SENADOR

SIM 52

NOME	PARTIDO
Alan Rick	UNIÃO (AC)
Marcio Bittar	UNIÃO (AC)
Rodrigo Cunha	PODEMOS (AL)
Plinio Valério	PSDB (AM)
Davi Alcolumbre	UNIÃO (AP)
Lucas Barreto	PSD (AP)
Angelo Coronel	PSD (BA)
Jaques Wagner	PT (BA)
Otto Alencar	PSD (BA)
Eduardo Girão	NOVO (CE)
Damares Alves	REPUBLICANOS (DF)
Izalci Lucas	PSDB (DF)
Magno Malta	PL (ES)
Marcos do Val	PODEMOS (ES)
Vanderlan Cardoso	PSD (GO)
Wilder Morais	PL (GO)
Weverton	PDT (MA)
Carlos Viana	PODEMOS (MG)
Cleitinho	REPUBLICANOS (MG)
Nelsinho Trad	PSD (MS)
Soraya Thronicke	PODEMOS (MS)
Tereza Cristina	PP (MS)
Jayme Campos	UNIÃO (MT)
Wellington Fagundes	PL (MT)
Zequinha Marinho	PODEMOS (PA)
Daniella Ribeiro	PSD (PB)
Efraim Filho	UNIÃO (PB)
Fernando Dueire	MDB (PE)
Ciro Nogueira	PP (PI)
Flávio Arns	PSB (PR)
Oriovisto Guimarães	PODEMOS (PR)
Sergio Moro	UNIÃO (PR)
Carlos Portinho	PL (RJ)
Flávio Bolsonaro	PL (RJ)
Rogerio Marinho	PL (RN)
Styvenson Valentim	PODEMOS (RN)
Jaime Bagattoli	PL (RO)
Marcos Rogério	PL (RO)
Chico Rodrigues	PSB (RR)
Dr. Hiran	PP (RR)
Hamilton Mourão	REPUBLICANOS (RS)
Luis Carlos Heinze	PP (RS)
Esperidião Amin	PP (SC)
Ivete da Silveira	MDB (SC)
Jorge Seif	PL (SC)
Alessandro Vieira	MDB (SE)
Laércio Oliveira	PP (SE)
Astr. Marcos Pontes	PL (SP)
Giordano	MDB (SP)
Mara Gabrilli	PSD (SP)
Eduardo Gomes	PL (TO)
Prof. Dorinha Seabra	UNIÃO (TO)

NÃO 18

NOME	PARTIDO
Fernando Farias	MDB (AL)
Randolfe Rodrigues	REDE (AP)
Augusta Brito	PT (CE)
Leila Barros	PDT (DF)
Fabiano Contarato	PT (ES)
Jorge Kajuru	PSB (GO)
Eliziane Gama	PSD (MA)
Carlos Fávaro	PSD (MT)
Beto Faro	PT (PA)
Humberto Costa	PT (PE)
Teresa Leitão	PT (PE)
Jussara Lima	PSD (PI)
Marcelo Castro	MDB (PI)
Romário	PL (RJ)
Zenaide Maia	PSD (RN)
Confúcio Moura	MDB (RO)
Paulo Paim	PT (RS)
Rogério Carvalho	PT (SE)

Ausentes 5

NOME	PARTIDO
Sérgio Petecão	PSD (AC)
Eduardo Braga	MDB (AM)
Irajá	PSD (TO)
Jader Barbalho	MDB (PA)
Ana Paula Lobato	PSB (MA)

Ausente - Licença 2

NOME	PARTIDO
Renan Calheiros	MDB (AL)
Mecias de Jesus	REPUBLICANOS (RR)

Não votou 3

NOME	PARTIDO
Omar Aziz	PSD (AM)
Veneziano Vital do Rêgo	MDB (PB)
Cid Gomes	PDT (CE)

Presidente 1

NOME	PARTIDO
Rodrigo Pacheco	PSD (MG)

DECISÕES MONOCRÁTICAS EMBLEMÁTICAS

Veto a Lula
Em 2016, em meio à crise do governo Dilma, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a nomeação de Lula para a Casa Civil, depois que o petista já havia tomado posse.

Orçamento secreto
Em novembro de 2021, a então ministra Rosa Weber suspendeu o pagamento das emendas de relator do Orçamento da União.

Ramagem barrado do PF
Alexandre de Moraes suspendeu, em abril de 2020, a nomeação de Alexandre Ramagem para o cargo de diretor-geral da Polícia Federal. O ministro alegou a proximidade dele com a família do ex-presidente Jair Bolsonaro, que o nomeou.

Lei de Improbidade
Alexandre de Moraes também suspendeu artigos da lei que dificultavam a possibilidade de responsabilização de agentes públicos em casos de abusos.

Lei das Estatais
Em março passado, o então ministro Ricardo Lewandowski suspendeu a necessidade de uma quarentena de três anos para que dirigentes partidários e pessoas que tenham trabalhado no comando de campanhas eleitorais assumam cargos no alto comando de estatais.

Dia do Patriota
O ministro Luiz Fux suspendeu, em agosto, a eficácia de lei da cidade de Porto Alegre que instituiu o Dia do Patriota, a ser celebrado em 8 de janeiro, mesma data dos ataques antidemocráticos na Praça dos Três Poderes.

Piso da enfermagem
No ano passado, o hoje presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, suspendeu o piso salarial nacional da categoria para que fossem esclarecidos o impacto financeiro, os riscos para empregabilidade no setor e eventual redução na qualidade dos serviços.

PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA

Decisões monocráticas
O texto proíbe as decisões que anulem atos dos presidentes da República, da Câmara, do Senado ou do Congresso. Atos como portarias expedidas por ministros, por exemplo, ainda podem ser derrubados monocraticamente.

Pedido de vista
Foi retirado do texto o estabelecimento de prazo de seis meses para devolução de processos após pedido de vista. O STF já determina, no seu regimento interno, o limite de 90.

EDITORIA DE ARTE

Autor da proposta. O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR)

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.